



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Divisão sociosexual e racial do trabalho

O CUIDADO COMO TRABALHO NA VIDA DE MULHERES ACOMPANHANTES DE CRIANÇAS EM INTERNAÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA

ANDRESSA GOMES MARTINS DA SILVA¹

DOLORES LIMA DA COSTA VIDAL²

RESUMO

Reflexão teórica, com base em pesquisa realizada em base de dados indexada, proveniente de Trabalho de Conclusão de Especialização (TCE), defendido em 2024, em curso de Especialização. A proposta buscou compreender, através das categorias trabalho, cuidado, percepção, relações sociais e econômicas, a amplitude da realidade de mulheres acompanhantes de crianças em internação de longa permanência.

Palavras chave: Cuidado, Trabalho, Internação de longa permanência, Mulher.

ABSTRACT

Theoretical reflection based on research conducted using an indexed database, derived from a Specialization Thesis, defended in 2024 during a Specialization course. The study aimed to understand, through the categories of work, care, perception, and social and economic relations, the extent of the reality faced by women accompanying children in long-term hospitalization.

Keywords: Care, Work, Long-term hospitalization, Woman.

Introdução:

Refletir sobre o cuidado para além de uma obrigação moral implica explorar as nuances daqueles que cuidam, especialmente quando se considera a padronização de gênero da sociedade ocidental. Guimarães e Hirata (2014) ressaltam a importância de utilizar o gênero como

¹ Instituto Federal Fluminense/ Fundação Oswaldo Cruz

² Instituto Federal Fluminense/ Fundação Oswaldo Cruz

uma ferramenta analítica, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos aspectos sociais e políticos, questionando os paradigmas estabelecidos e construídos socialmente. Em relação aos estudos sobre trabalho, a magnitude do recorte de gênero, se mostra ainda mais necessária já que o trabalho foi concebido sobre uma ótica de experiência de homens, brancos, heterossexuais, qualificados dentro de espaços fabris (Guimarães e Hirata 2014).

Por ser predominantemente realizado no âmbito privado e ser associado às mulheres, o cuidado historicamente foi e ainda é despolitizado, ocultando sua importância na reprodução social do capital (Carrasco, Borderías e Torns, 2011). É primordial apontar que o trabalho de cuidado não remunerado, realizado por mulheres na faixa etária de 15 anos ou mais, gera um lucro de pelo menos US\$ 10,8 trilhões por ano mundialmente, conforme estimado pelo relatório “Tempo de Cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade” da Oxfam Brasil (2020). Entretanto, esse valor não é revertido para essas mulheres que cuidam e sim para uma pequena parte da sociedade, os mais ricos, que em sua maioria são homens.

Com o envelhecimento populacional, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, até 2030, existirá um adicional de 100 milhões de idosos e de 100 milhões de crianças de 6 a 14 anos que exigirão cuidados. Considerando que na realidade brasileira 90% desse trabalho de cuidado é feito pelas famílias, e dentro dessa porcentagem, 85% é feito por mulheres (Oxam, 2020), se mostra essencial problematizar e investigar sobre a temática do cuidado e os possíveis efeitos do trabalho não remunerado para as mulheres.

Metodologia: levantamento e análise

Pesquisa realizada na base de dados Lilacs em 2024, ratifica a necessidade de aprofundamento de estudos, tomando por base categorias centrais, como: infância, trabalho, cuidado, hospital e internação de longa permanência. A consulta na base de dados apontou que é vasta a bibliografia sobre a interação hospital-criança e até mesmo família-hospital, essa afirmação pode ser comprovada, pois ao realizar busca nesta base de dados utilizando o descritor “criança hospitalizada”³, verificou-se uma vasta bibliografia. A busca feita em fevereiro de 2024, por artigos produzidos nos últimos 5 anos (2019-2024), gerou o resultado de 68 artigos completos

³A utilização desse descritor se deu, devido a maior proximidade com o tema hospital-criança. Destaca-se que não foi localizado outro mais pertinente.

em português sobre o assunto. Dentro dessa busca as temáticas encontradas variavam desde o trabalho da equipe de enfermagem até mesmo a percepção dos pais no diagnóstico recebido pelos filhos.

Os resultados mostraram 19 artigos que discutiam sobre o tratamento hospitalar, 17 artigos sobre a percepção e atuação da equipe hospitalar, 15 artigos sobre entendimento da hospitalização ou perfil da criança hospitalizada e 17 artigos que traziam o acompanhante como centro do debate. Dentro desses 17 artigos que discorriam sobre o acompanhante hospitalar, apenas um deles se aproximava da proposta de pensar o cuidado como trabalho na vida de mulheres acompanhantes de crianças em internação de longa permanência.

Trata-se do artigo de Lima RM, Gomes FMA, Aguiar FAR, *et al.* (2019) intitulado Experiências de Mães Durante a Internação Hospitalar de Seus Filhos, que traz a luz as considerações de mães que acompanham seus filhos em internações de, pelo menos 7 dias, em uma clínica pediátrica de um Hospital de referência da região nordestina. Percebe-se que mesmo se aproximando do tema proposto a relação com o cuidado não é uma categoria explorada no estudo, enquanto uma dimensão social, econômica e sociológica.

A relação da mulher, enquanto cuidadora de criança durante o processo de internação de longa permanência trata-se de uma temática pouco explorada, ao longo do tempo, pois apenas recentemente localiza-se um aumento de produção sobre o tema em periódicos de acesso aberto. Tal afirmação se sustenta uma vez que a ausência de investigação sobre o tema pôde ser comprovada através de uma busca comparativa, utilizando descritores semelhantes, com recortes temporais diferentes. A busca na base de dados Lilacs pelos descritores “cuidador e criança hospitalizada”, foi feita durante o mês de fevereiro de 2024, utilizando os filtros de textos completos em português. No primeiro momento, delimitou-se o período entre 2013-2018, resultando em 25 artigos. Através da leitura dos títulos, percebe-se que a relação do cuidador com o cuidado não constituiu objeto de investigação da maioria dos estudos desses trabalhos. Dos 25 artigos, apenas 5 se aproximaram da hipótese levantada ao se atentarem para o cuidador e sua compreensão sobre o cuidado, sobre a rede de apoio recebida ou sobre a percepção dos cuidados humanizado do hospital. (Villa; Silva; Costa; Camargo, 2017 & Menezes; Moré; Barros, 2016 & Pyló; Peixoto; Bueno, 2015 & Da Silveira Chagas, 2017 & Piske, Azevedo, Marcon, Oliveira, 2013).

Ao realizar a busca no quinquênio seguinte, 2019-2024, foi possível identificar uma mudança sobre os objetos das produções. Apesar de terem sido encontrados apenas 11 artigos,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

todos apresentaram uma maior proximidade ao tema proposto ao lidar com a percepção do cuidado. Dentre esses, porém, destaca-se 4 que convergem com a proposta de articular cuidado, trabalho e gênero, ao levantarem as seguintes questões: quais as implicações na vida do cuidador ao exercer o cuidado? A longa permanência hospitalar e o recorte de gênero (Santos; Ramos; Gomes, 2022; Assis; Batista; Lima; Silva; Duarte; Araújo, 2020 & Santos, Et Al, 2022 & Azevedo; Crepaldi, 2019).

Apesar de uma diminuição numérica de produções sobre o tema, ao analisar os dois quinquênios, 2019-2024 e 2013-2018, o recorte temático demonstra que os 4 artigos de produção mais recentes apontam para uma aproximação da temática do cuidado exercido por mulheres acompanhantes em internação de longa permanência. Ainda assim é um número pequeno diante das diversas possibilidades de discussões e investigações que o tema proporciona.

Pensar o sentido do trabalho, durante a internação de longa permanência, que enquanto produção atende a lógica capitalista⁴, torna-se uma discussão inovadora, atual e necessária. Para tanto, é preciso dizer que, no Brasil, ainda não existe uma política pública que atue sobre o trabalho do cuidado. Todavia, em 2023 pela primeira vez, essa discussão recebeu notoriedade nacional ao ser tema da redação do Enem e com a abertura de consulta pública sobre a Política Nacional de Cuidados. A consulta contou com 820 contribuições, tendo início em outubro de 2023 e se encerrando em dezembro de 2023. As contribuições foram atribuídas aos principais aspectos conceituais que orientam a formulação da Política e do Plano Nacional de Cuidados, organizados em cinco partes: 1) breve histórico da formulação da Política Nacional de Cuidados no Brasil; 2) conceito de cuidado; 3) transformação do cuidado em objeto de política pública; 4) a Política Nacional de Cuidados no Brasil: componentes e estratégias de ação; e 5) considerações finais. (Ministério da Saúde, 2023). O cuidado tem uma dimensão relacional, independente da definição conceitual ou literal do dicionário ou do senso comum. Segundo (Alves, 2016), cuidado é quando se cuida de algo ou de alguém que se atribua um sentido de responsabilidade sobre. E essa atribuição de responsabilidade está relacionada, na maioria das vezes, a fragilidade em período determinado. Como, por exemplo, o cuidado a crianças, idosos e pessoas com alguma comorbidade ou funcionalidade limitada. Boff (2005) percorre sobre a definição de cuidado e

⁴Ao mencionar essa lógica, refere-se à Economia do Cuidado, que embora não seja abordada em profundidade neste trabalho, serve como pano de fundo para as discussões levantadas. Um relatório de pesquisa resultante da primeira fase do projeto Economia dos Cuidados, conduzido pela Coordenação de Igualdade de Gênero e Raça da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea e publicado em 2016, destaca que 'o cuidado desempenhado de maneira não remunerada não apenas integra o sistema econômico como também constitui uma pré-condição para a sua existência' (IPEA, 2016, p.16).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

reforça a ideia de Heidegger de que o cuidado traz uma dimensão ontológica do homem, ou seja, “entra na definição essencial do ser humano e determina a estrutura de sua prática” (Boff, 2005 p.29) o que proporciona uma profundidade maior para a percepção do cuidado além da que temos no senso comum.

Apesar de “ontológico”, como Heidegger (1989) defende, esse cuidado não se mostra socialmente de forma igualitária. Historicamente, vemos que o ato de cuidar é designado historicamente e socialmente ao feminino, como tudo relacionado à vida privada e doméstica. A manutenção do patriarcado exige uma desvalorização constante da vida doméstica para justificar a dominação sobre as mulheres e as tornarem reclusas da vida pública, esta, que é extremamente valorizada socialmente.

A afirmação construída socialmente de que a vida privada pertence ao feminino e a vida pública ao masculino, é utilizada como justificativa para a divisão sexual do trabalho moderno, onde o *trabalho do cuidado* acaba sendo definido como: “um conjunto de práticas materiais e psicológicas que consiste em trazer respostas concretas às necessidades dos outros” (Molinier, et al, 2009, p. 17) se torna uma prática implicada a mulheres, estimulada quando mães são designadas a cuidar de seus recém-nascidos.

Nesse sentido, indagações sobre: como a percepção do cuidado e do trabalho influencia nas relações sociais de mulheres acompanhantes de crianças em internação de longa permanência; em que medida as condições de vida e de renda das acompanhantes influencia na sua concepção do cuidado enquanto trabalho? Como o cuidado nos dias de hoje tem sido vivenciado por quem o exerce? Tornam-se preocupações importantes e atuais, apesar de estarem postas na sociedade há muitos anos. Por isso, estudar e refletir sobre esses temas na nossa sociedade atual, possui relevância em diversas dimensões: problematização do cuidado como trabalho não remunerado; a imposição social desse trabalho a mulheres; reconhecimento desse cuidado exercido e a colaboração ativa dessas mulheres na construção da própria história dentro do trabalho de cuidado.

Fundamentação Teórica:

Como sustentação conceitual, ancora-se nas categorias das relações sociais e a perspectiva da divisão social e sexual do trabalho de Hirata (2016) e Kergoat (2000); na concepção do mundo do trabalho de Lukács (2012); na abordagem sobre cuidado de Alves



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

(2016), visando compreender a relação de mulheres/mães acompanhantes de crianças em internação de longa permanência com o cuidado enquanto trabalho. Considerando ainda o marco legal do direito da criança na sociedade contemporânea e os processos de mudança com a internação de longa permanência.

Lukács (2012) traz a compreensão do trabalho como categoria ontológica fundamental para o ser social. Essas categorias são aquelas que foram historicamente incorporadas no gênero humano e que não podem ser analisadas separadamente da concepção de ser social. Ou seja, "(...) o trabalho é antes de tudo, em termos genéticos, o ponto de partida para o tornar-se homem do homem, para a formação das suas faculdades, sendo que jamais se deve esquecer o domínio sobre si mesmo"(Lukács, 2012 p.348). O que também remete ao conceito Marxista de que nossa diferença como seres humanos é o fato de podermos transformar a natureza através do trabalho. A afirmação de Moro (2017) que: "a análise do trabalho como atividade principal na vida adulta demanda, portanto, considerá-lo dialeticamente como atividade principal humanizadora e atividade principal alienada e alienante" (Moro , 2017 p.567) aprofunda a discussão. Castel (2001) também nos traz uma defesa sobre a centralidade do trabalho quando afirma que a prova da importância estrutural, psicológica e cultural dele é a reação dos que não tem.

Diante do cenário apresentado, a categoria *trabalho* foi a escolhida no presente trabalho para embasar a análise da situação das mulheres, mães e responsáveis acompanhantes. É sabido que, as categorias por si só não produzem espaço de conhecimento, se não estiverem atravessadas pela realidade. Dessa maneira, a relação entre trabalho, gênero e cuidado são indissociáveis. Uma observação que contribui para explicar a questão da divisão sexual do trabalho e como o cuidado é uma prática vinculada, historicamente a mulheres, é apresentada por Kergoat (2000), onde a autora aponta que: "(...) tornou-se coletivamente "evidente" que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres, e que este trabalho era invisível, que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materna"l (Kergoat , 2000 p.2). Essa constatação auxilia no entendimento da imensa presença do feminino no ambiente hospitalar, assim como a inserção de mulheres em determinadas profissões voltadas para o cuidado direto do outro, como enfermagem, babá, empregada doméstica, nutrição, professoras da educação infantil, auxiliar de creche, dentre outras.

Kergoat (2000) ainda na esteira da dessa discussão, afirma que a divisão sexual do trabalho através da definição de relações sociais de sexo, relação social, acaba colaborando para



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

uma parte da formação da identidade relacionada a dinâmica de realização de si mesmo na esfera social, onde o sujeito forma sua identidade através da percepção do outro.

A percepção do outro também é algo histórico e dinâmico e se modifica ao longo do tempo e de acordo com a realidade vivenciada. Basta observar as mudanças ocorridas na instituição hospitalar, no cuidado, no acompanhamento de crianças e adolescentes nas instituições de saúde, por exemplo.

O hospital nos dias de hoje, que constitui um lugar de cuidado, da atenção à saúde e de produção de saberes, é uma construção que se pauta na distanciação do sofrimento advindo do processo de adoecimento e do indivíduo que sofre/adoece. Ao discorrer sobre o assunto, Pitta (1999) em seu livro *Hospital: Dor e Morte como Ofício* nos atenta para a externalização da doença: o que nos tempos medievais era de natureza privada e doméstica passa a ser visto como uma prática terceirizada. Em um primeiro momento, médicos passam a ser os responsáveis por esse prolongamento da vida, ou seja, por uma procura incessante de cura da doença e a efemeridade da existência humana não é mais vista como fato e sim como um desafio a ser superado. Com o avanço das ciências humanas e a modernização do hospital, esse “dever” se estende a todos os trabalhadores de um hospital.

Ainda que, a instituição hospital passe por mudanças substanciais, a partir do final do século XVIII, nota-se que o conceito do cuidado, quando se refere a institucionalização do hospital, acaba sendo construído tomando por base a figura do médico enquanto centro desse cuidado. A partir dessa centralização o cuidado entra em cena na saúde, para não mais sair. Posteriormente, a categoria “cuidado” vai ganhando diversas significações, dimensões e se configurando até enquanto espaço de disputa entre diversas profissões da saúde e até mesmo, o espaço privado.

Foucault (1984) nos traz dois panoramas sobre a função primária do cuidado, estes que não se relacionam com a ideia terapêutica que temos hoje: o primeiro diz respeito aos cuidados médicos individuais, praticados em casa e o segundo de segregação de classe oriunda dos hospitais, onde corpos eram segregados em prol da higienização e disciplinarização da pobreza. Essa lógica só começa a se subvertida quando a realidade hospitalar se torna objeto de investigação. No final do século XVIII, a Academia de Ciências da França designa Tenon, um médico, para elaborar um relatório sobre alguns hospitais na Europa e assim desenvolveu o que seria a primeira sistematização a fim de olhar o hospital com funções terapêuticas e denunciar suas condições de maus-tratos (Pitta, 1999). Foucault (1984) elucida que a realidade hospitalar “é

um objeto complexo de que se conhece mal os efeitos e as consequências, que age sobre as doenças e é capaz de agravá-las, multiplicá-las ou atenuá-las”. A partir desse momento se inicia a era do hospital como dispositivo de cuidado médico, onde a produção de saber se volta para estabelecer um ofício. O *cuidar* deixa de ser apenas um ato de bondade e se torna uma atividade, uma “tecnologia” (Pitta, 1999) e a medicina passa a se encarregar do que antes era privado: o cuidado.

Com a mercantilização do trabalho do cuidado, ocorrida com o aumento do fluxo migratório no início do século XXI, onde trabalhadores do Sul Hemisférico migram para as grandes metrópoles do Norte ocorre o reconhecimento da profissão, dos chamados *care workers* - trabalhadores formais do cuidado reconhecidos financeiramente, com formação voltada para a atividade, carreira e *etc* (Hirata, 2016). Porém quando se refere ao cuidado prestado por mães, avós ou outras mulheres, que se disponibilizam a cuidar de crianças em internação de longa permanência, esse cuidado pode não ser visto enquanto trabalho. E por isso, entender como essa mulher, que está cuidando do seu filho, neto ou sobrinho, em processo de longa permanência percebe esse cuidado, torna-se importante. Nessa direção, Alves (2014) reitera a importância de ouvir a percepção dessas cuidadoras. Para a autora, a visibilização das histórias de cuidado traz para esta realidade algo que essas mulheres buscam incessantemente: o reconhecimento. A falta de reconhecimento sofrida por essas mulheres se dá tanto no âmbito das relações familiares, relações jurídicas e na comunidade de valores. Alves (2014)

Proporcionar meios para que a desproporcionalidade de trabalho de cuidado prestado por mulheres seja enfrentada, é uma pauta que vem sendo discutida internacionalmente e a OIT propõe uma solução baseada nos “5R”: 1) Reconhecer o cuidado como trabalho com valor real; 2) Reduzir o número total de horas dedicadas a tarefas de cuidado através de infraestruturas de apoio; 3) Redistribuir o trabalho de cuidado não remunerado de forma justa, tanto no âmbito privado quanto no público; 4) Recompensar de forma justa o trabalho de cuidado e 5) Representar ativamente cuidadoras ofertando a garantia que participem das decisões e serviços que afetam suas vidas (ILO, 2018, p. 28-33). Logo, a temática está sintonizada com as questões não só nacionais, mas também internacionais.

Com o aumento da expectativa de vida das crianças e adolescentes, a cronicidade, em si, apresenta-se como uma questão contemporânea. O acompanhamento de um responsável no atendimento de saúde, por inúmeras vezes, foi visto como algo que poderia atrapalhar a rotina hospitalar. Esse direito já foi criticado e, até hoje, muitas vezes, não é entendido enquanto um



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

direito da criança, mas uma obrigação da família. E ao se referir a uma internação de longa permanência esses conflitos podem ser tornar mais acirrados, quando não se adota uma relação de acolhimento e de direito com a família.

O cuidado prestado a crianças no ambiente hospitalar, também precisa ser entendido dentro de um contexto histórico e social, pois ele ocorre associado às mudanças que giram em torno do conceito de infância. Até o final do século XVIII, a infância era reduzida a uma fase de fragilidade, mas que não tinha suas especificidades levadas em consideração. Ariès (1981) traz uma ideia interessante em seu livro *História Social da Criança e da Família* que elucida de modo satisfatório, e ainda contemporâneo, o descaso por essa fase de desenvolvimento: “a passagem da criança pela sociedade era muito breve e insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade” (Ariès, 1981 p.10). O conceito de *ser em desenvolvimento* que precisa de direitos que protejam seu estado atual, começa a ser desenvolvido a partir do processo de industrialização da sociedade, quando crianças passam a ser vistas como futuros “homens” com valor econômico-produtivo que precisam ser preparados para a produção (Ribeiro, 1998). Logo, o conceito de infância adquire um novo sentido, passando do descaso para a utilidade.

No Brasil, o movimento de mudança conceitual da infância, tem como marco legal, a criação do Código de Menores, em 1926, com o reconhecimento de que crianças e adolescentes eram “incapazes” e “necessitados da tutela” do Estado. Entretanto, a ordem punitivista e a visão da Doutrina da Situação Irregular presente no referido código, apenas colaborou para a segregação de crianças pobres e negras. Essa lógica só se subverte em 1988 com a promulgação da Constituição Federal que em seu artigo 227 determina a prioridade da proteção dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, que aliado com a Convenção sobre os Direitos das Crianças (ONU - 1989) impulsionou a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA que começou a vigorar no país em 1990, extinguindo o Código de Menores.

No que se refere ao seu direito de ser acompanhada em unidades de saúde, esse se deu, a partir de 1995, quando o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA aprovou, na íntegra, o texto da Sociedade Brasileira de Pediatria que diz respeito aos Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados através da Resolução nº 41. O quarto item do referido documento, garante esse a criança tenha o direito de “ser acompanhada por sua mãe, pai ou responsável, durante todo o período de sua hospitalização, bem como receber visitas”. (CONANDA, 1995)

Como dito anteriormente, crianças e adolescentes em internação de longa permanência são uma realidade contemporânea que se deu devida ao avanço tecnológico, permitindo que condições crônicas de saúde fossem tratadas (Gomes, et al., 2015). Um gerenciamento contínuo de cuidado, algumas vezes, implica em internação prolongada, que consiste em um tempo de estadia hospitalar maior e, geralmente, com apoio de tecnologias hospitalares. O tempo prolongado, a alta complexidade das tecnologias utilizadas e o fato de serem crianças, torna a presença do acompanhante indispensável (De Lima, et al., 2023).

Ao se colocar em pauta o impacto da internação prolongada, que traz consequências não só para a criança, mas também para os acompanhantes, é necessário considerar, a imensa desconexão com as relações sociais que o isolamento causado pela vida dentro do hospital pode provocar na saúde dos cuidadores, no caso em grande parte, na saúde das mulheres. Essas desconexões também devem ser pensadas “a partir de interligações de diferentes naturezas, como as relações de trabalho, gênero, classe, raciais, entre outras” (De Lima, et al. 2023, p.4).

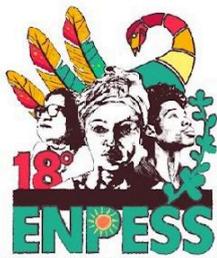
Ressalta-se que o entendimento de internação de longa permanência, está assentado na norma técnica do Ministério da Saúde (2002) que define a nomenclatura para hospitais integrantes do SUS, onde todo período maior que 30 (trinta) dias de internação é considerado de longa permanência.

Considerações finais:

Este trabalho partiu do entendimento de que as mulheres, mães ou responsáveis acompanhantes de crianças, em período de internação de longa permanência, apresentam dificuldade de perceberem o cuidado prestado no ambiente hospitalar enquanto forma de trabalho, determinado pelas relações sociais e econômicas, influenciadas pelas questões de gênero, raça/cor, da sociedade brasileira.

Reconhecer e problematizar o cuidado dentro do contexto público-privado é essencial para desenvolver reflexões mais abrangentes sobre a organização do trabalho na sociedade e sobre a responsabilidade do cuidado historicamente atribuída às mulheres. Considerando a importância do trabalho de cuidado e a sua amplitude, espera-se com essa reflexão teórica provocar debates e estudos em torno dessa temática, tão necessária para a agenda do cuidado, do trabalho e de gênero na sociedade contemporânea.

Referências



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ALVES, J. M. P. «O que eu faço tem valor»: discutindo o cuidado familiar e o reconhecimento. *Revista ex æquo*, v. 30, p. 97–111, 2014.

ALVES, Joana. Cuidar e ser cuidado: uma análise do cuidado quotidiano, permanente e de longa duração. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2016.

ARIES, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

ARTIOLI, Giovanna; COSENTINO, Chiara; TAFFURELLI, Chiara; FERRI, Paola; FOÀ, Chiara. The narrative interview for the assessment of the assisted person: structure, method and data analysis. *Acta Biomedica Atenei Parmensis*, [S. l.], v. 90, n. 6-S, p. 7–16, 2019. DOI: 10.23750/abm.v90i6-S.8640. Disponível em: <https://www.mattioli1885journals.com/index.php/actabiomedica/article/view/8640>. Acesso em: 11 mar. 2024.

ASSIS, Luciana Arnaud et al. Vivências de mães de crianças com câncer em cuidados paliativos mediante diagnóstico, tratamento e apoio familiar. *Revista de Pesquisa Cuidado É Fundamental Online*, p. 1348-1354, 25 nov. 2020. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO. <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v12.9450>.

BOFF, Leonardo. O cuidado essencial: princípio de um novo ethos. *Inclusão Social*, 1(1). Recuperado de <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1503>, 2005.

Brasil, Ministério da Saúde. Portaria nº 312 de 30 de abril de 2002. Padronização da Nomenclatura do Censo Hospitalar. *Diário Oficial da União*; Brasília, 12 jun. 2002, nº 111, Seção 1, p. 71.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. 5. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina; TORNOS, Teresa (Ed.). *El trabajo de cuidado: historia, teoría y políticas*. Madrid: Catarata, 2011.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2001.

DA SILVEIRA CHAGAS, Maria Cristina et al . Significado atribuído pela família ao cuidado da criança hospitalizada. *av.enferm.*, Bogotá , v. 35, n. 1, p. 7-18, Apr. 2017 . Available from <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-45002017000100002&lng=en&nrm=iso>.

DE LIMA, M. V.; DE SOUZA, K. M. O. RELAÇÕES SOCIAIS E CONFINAMENTO DAS MULHERES CUIDADORAS EM TEMPOS DE INTERNAÇÃO PEDIÁTRICA DE LONGA PERMANÊNCIA. REVISTA FOCO, [S. I.], v. 16, n. 8, p. e02627, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n8-049. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/2627>. Acesso em: 4 out. 2023.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Editora: Graal. Rio de Janeiro, 1984

GOMES, R. et al. Documento síntese para validação de recomendações de pesquisa: diagnósticos das condições crônicas em pediatria no INSMCA Fernandes Figueira: retrato da morbidade hospitalar e linhas de cuidados. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira; 2015.

GUIMARÃES, Nadia Araujo; HIRATA, Helena. Apresentação: controvérsias desafiadoras. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, jun. 2014.

HEIDEGGER, M. Ser e tempo, parte I. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. Petrópolis: Editora Vozes, 1989. p. 243-300.

ILO – International Labor Organization. Care work and care jobs for the future of decent work. 2018.

ILO – International Labor Organization. Care at work: Investing in care leave and services for a more gender equal world of work, 2022

IPEA. *Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual*. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7412/1/RP_Economia_2016.pdf>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: Dictionnaire critique du féminisme, Hélène Le Doaré et all (orgs). Ed. Presses Universitaires de France. Paris, 2000.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social I. Brasil: Boitempo, 2012.

Menezes, M., Moré, C.L.O.O., & Barros, L. (2016). As redes sociais dos familiares acompanhantes durante internação hospitalar de Crianças. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 50(n.spe), 107-113. doi: 10.1590/S0080-623420160000300016

Ministério da Saúde. Participa Mais Brasil: Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil [online]. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>>. Acesso em: 15 de jan. 2024.

MOLINIER, Pascale; LAUGIER, Sandra; PAPERMAN, Patricia. Qu'est-ce que le care? Souci des autres, sensibilité, responsabilité. Paris: Payot & Rivages, 2009.

MOLINIER, Pascale. Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo: um itinerário interdisciplinar. 1988-2002. Prod [Internet]. 2004Sep;14(3):14–26. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300003>.

MORO RIOS, C. F.; ROSSLER, J. H. O TRABALHO COMO ATIVIDADE PRINCIPAL NO DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO DO INDIVÍDUO ADULTO. *Psicologia em Estudo*, v. 22, n. 4, p. 563-573, 2017. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v22i4.37465>.

PACHÁ, P.; MOREIRA, L. V. de C. . ENTREVISTA NARRATIVA COMO TÉCNICA DE PESQUISA. *Synesis* (ISSN 1984-6754), [S. l.], v. 14, n. 1, p. 157–168, 2022. Disponível em: <https://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/2127>. Acesso em: 22 nov. 2023.

PITTA, Ana. Hospital: dor e morte como ofício. São Paulo: Hucitec, 1999.

PISKE, Fernanda; AZEVEDO, Larissa Antonella; MARCON, Claudete; OLIVEIRA, Lecila Duarte Barbosa. Grupo de apoio para acompanhantes de crianças internadas em uma unidade pediátrica.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Psicologia: Teoria e Prática, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 35-49, jan./abr. 2013. ISSN 1516-3687.
Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/PTP/article/view/4182>.

PYLÓ, R. M.; PEIXOTO, M. dos G.; BUENO, K. M. P. O cuidador no contexto da hospitalização de crianças e adolescentes/The caregiver in the child/adolescent hospitalization context. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, [S. l.], v. 23, n. 4, p. 855–862, 2015. DOI: 10.4322/0104-4931.ctoAR0673. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1280>

Resolução CONANDA n. 41, de 13 de outubro de 1995, que aprova na íntegra o texto oriundo da Sociedade Brasileira de Pediatria, relativo aos Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados.

Relatório “Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade”, realizado pela Oxfam Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/:::text=A%20desigualdade%20econ%C3%B4mica%20est%C3%A1%20fora,a%20crise%20global%20da%20desigualdade>. Acesso em 03 mar. 2024

RIBEIRO, R.L.R. A violência à criança hospitalizada: a dimensão ética da intervenção terapêutica. 1998. 136p. Dissertação (Mestrado em Assistência de Enfermagem) – Curso de Mestrado Interinstitucional na Universidade Federal de Mato Grosso/Universidade Federal de Santa Catarina, Cuiabá/Florianópolis.

SANTOS AZEVÊDO, Adriano Valério; CREPALDI, Maria Aparecida. Estados emocionais e relacionamento familiar de cuidadores de crianças com queimaduras. *Interação em Psicologia*, Curitiba, v. 23, n. 3, dez. 2019. ISSN 1981-8076. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/61182/39908>. Acesso em: 06 mar. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v23i3.61182>.

SANTOS, Jorge Henrique Correa dos et al. A experiência vivenciada pelo cuidador da criança/adolescente que enfrenta uma doença limitante da vida. Vínculo - Revista do NESME, v. 19, n. 1, p. 48-62, 2022. Núcleo de Estudos em Saúde Mental e Psicanálise das Configurações Vinculares.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SANTOS, Ludmila Brandão dos et al. Implicações da longa hospitalização para as cuidadoras de crianças adoecidas cronicamente: atuação do serviço social / Implications of long hospitalization for the caregivers of chronically sick children: social service performance. Revista de Pesquisa Cuidado É Fundamental Online, p. 1-7, 7 out. 2022. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO. <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v14.11741>.

VILLA, Louise Lisboa de Oliveira et al. The perception of the companion of the humanized care in a pediatric intensive care unit / A percepção do acompanhante sobre o atendimento humanizado em unidade de terapia intensiva pediátrica. Revista de Pesquisa Cuidado É Fundamental Online, v. 9, n. 1, p. 187-192, 10 jan. 2017. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO. <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v9i1.187-192>.